



Congresso Internacional de Administração
ADM 2021

Administração Ágil
Inovação e Trabalho Remoto

25 a 27
de outubro

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

AS NOVAS FORMAS DE CORONELISMO NO BRASIL

NEW FORMS OF CORONELISM IN BRAZIL

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anderson de Oliveira Araújo, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil. Email:
oliveiraandersonadm@gmail.com

Isadora Freitas do Nascimento, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil. Email:
isadorafreittasn@gmail.com

Mara Águida Porfírio Moura, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil. E-mail:
maraaguida@hotmail.com

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva, Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail:
kelsen@ufpi.edu.br

RESUMO

Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil de Victor Nunes Leal é uma das obras mais detalhadas sobre o coronelismo, sistema no qual imperava interesses políticos acima do bem público. O trabalho em questão busca entender se a problemática permanece presente na administração pública brasileira e de que forma conserva-se até os dias atuais nas entranhas do tecido social. O processo de investigação científica caracteriza-se por ser uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e apresentação dos resultados coletados através do banco de dados Google acadêmico conforme as diretrizes da análise de conteúdo de categorização. Entre os resultados da pesquisa, destaca-se que a maioria dos autores indica os meios de comunicação, essencialmente, tv e rádios locais como ferramenta de propagação do coronelismo, que nesse contexto se inova e apresenta uma nova roupagem que continua influenciando a administração pública em proveito dos interesses pessoais.

Palavras-chave: Coronelismo; Administração Pública; Novas formas de coronelismo; Cultura coronelística na Administração Pública.

ABSTRACT

Coronelismo, hoe and vote: the municipality and the representative regime in Brazil by Victor Nunes Leal is one of the most detailed works on coronelismo, a system in which political interests prevailed over the public good. The work in question seeks to understand whether the problem remains present in the Brazilian public administration and how it is preserved to this day in the bowels of the social fabric. The scientific investigation process is characterized by being a basic research, with a qualitative approach, with bibliographic and documentary procedures and presentation of the results collected through the academic Google database, according to the guidelines of the categorization content analysis. Among the research results, it is highlighted that most authors indicate the media, essentially. Among the research results, it is highlighted that most authors indicate the media, essentially, local TV and radio as a tool for the propagation of coronelismo, which in this context innovates and presents a new guise that continues to influence public administration in advantage of personal interests.

Keywords: Coronelismo; Public administration; New forms of coronelismo; Coronelistic culture in Public Administration.

1 INTRODUÇÃO

Em *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, Victor Nunes Leal analisa de maneira detalhada o fenômeno do "coronelismo", tanto conceitualmente, como também de modo geral compreende obras de pensadores da área jurídica, psicológica, cultural e econômica, englobando aspectos econômicos, sociais e políticos em uma sociedade brasileira permeada pelo jogo político e rígida hierarquia de poder entre a união, estado e municípios.

Florescente na república velha (1889-1930), época na qual inexistia voto secreto, o ambiente era fomentado para que os chamados coronéis atuassem na máquina pública, sobretudo em razão dos conchavos políticos e relações controversas entre população rural, mandatários e chefes políticos, no entanto, mesmo após mudanças, por exemplo, o estabelecimento do voto secreto, a realidade não produziu o efeito idealizado dada a mutação desse fenômeno ao longo dos anos, bem como formas de sobrevivência através de resquícios permanentes (Santos & Capparelli, 2005). A conjuntura em questão focaliza sua reinvenção sob a ótica da comunicação.

Nesse sentido, levando em conta os princípios constitucionais do Art. 37, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem as atividades administrativas no âmbito público (Brasil, 1988), e considerando a data dos anos 80, as negociações das concessões de rádio e televisão notadamente submetidas aos interesses privados (Santos, 2017), faz-se necessário refletir sobre a atual roupagem desse sistema no espaço organizacional, a qual recebe o nome de coronelismo eletrônico.

A princípio o estudo é norteado pela pergunta: De que forma o coronelismo prevalece nas entranhas do tecido social brasileiro na atualidade? Para tal fim, o objetivo geral é investigar cientificamente as novas formas de coronelismo na administração pública brasileira, quanto aos objetivos específicos pretende-se investigar a origem e o contexto histórico da problemática em questão, verificar os artigos científicos publicados que falam do coronel dentro de uma nova sistematização de atuação e por fim analisar tais novas formas.

A razão da importância desse estudo surge mediante a prevalência do coronelismo à sombra da herança de fragmentos. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que a não superação desse fenômeno profundamente enraizado o qual historicamente foi moldando-se na administração brasileira continua interferindo não só na qualidade do exercício público, como também politicamente e socialmente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Coronelismos: definições e contexto histórico na administração pública brasileira

O termo coronelismo surge em 1948 na tese universitária de Victor Nunes Leal, denominada *o município e o regime representativo no Brasil*, reconhecida pela metodologia inovadora e minuciosa pesquisa de caráter teórico empírico, posteriormente republicada e rebatizada de *Coronelismo, Enxada e Voto*, na qual o autor considera como ponto de partida desse fenômeno vínculos entre esferas públicas e privadas de poder.

Conforme destaca Leal (2012), a essência do sistema coronelista estava caracterizada na intrínseca relação de compromisso entre o poder público fortalecido e o privado, o qual demonstrava sinais de enfraquecimento em um contexto brasileiro de primeira república e reformulação da organização do Estado para federalista, em substituição ao modelo imperialista.

Segundo o mesmo autor, o coronelismo encontrou na antiga estrutura agrária brasileira, isto é, concentração de terras formas para devolver-se, assim como na pobreza e ignorância da população, por sua vez predominantemente rural e dependente dos chefes locais, as quais de suas terras obtinham meios de sobrevivência, da mesma maneira que a realização de serviços e obras públicas angariadas pelo coronel contribuía para uma visão distorcidamente favorável de um povo abandonado pelo Estado, posto isso Leal (2012) pontua:

A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada —, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança. (Leal, 2012, p. 31)

Desse modo, com aura de benfeitores os fazendeiros arcavam com os custos dos roceiros no dia da eleição, tais como alimentação e locomoção visando o voto dos mesmos ao seu apoio partidário, a prática de barganhar votos pretendia a manutenção da influência política e domínio da máquina pública, sendo assim torna-se compreensível a ocorrência do chamado voto de cabresto no interior das cidades brasileiras, dado o cenário socioeconômico em que se encontrava a população (Leal, 2012).

O elo entre população rural e mandatários sustentou um esquema adotado em função dos benefícios mútuos, enquanto partidos políticos da esfera estadual ambicionavam a reeleição e captação de votos, os proprietários de terras ansiavam por poder e autoridade nas questões administrativas relacionadas ao município. Sobre essa relação, Leal (2012) destaca:

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (Leal, 2012, p. 33-34)

Características secundárias são retratadas por Leal (2012), dentre elas o paternalismo, termo este que consiste na troca de favores e na oferta de empregos públicos aos parentes e amigos, neste caso laços de amizade não possui significação em sentido literal, mas incondicional apoio político, logo, as consequências da falta de funcionários aptos as exigências do cargo é a desorganização dos serviços públicos. Outro autor que volta-se para estudo do Estado brasileiro é Oliveira Viana, diferentemente do Leal que analisa unicamente o coronelismo como fenômeno datado, Viana amplia as perspectivas sobre a formação estrutural do Estado brasileiro e vícios comportamentais no âmbito político-administrativo como heranças originárias do

período colonial, no entanto, apesar dos contrapontos entre ambos, assemelham-se suas concepções no que tange os interesses dos chefes dos clãs, a respectiva denominação dada por Viana (1999) consiste em potentados locais infiltrados no campo político a fim de manifestar seus interesses privados. Ademais, justifica a ausência de espírito público como raiz causadora da falta de consciência política no Brasil.

Esta carência de motivações coletivas e de espírito público, provincial e nacional, bem mostra que a vida pública -- no sentido britânico da expressão -- não tinha, e ainda não tem, condições de existência no Brasil: e a razão disto está em que não havia -- quando instituímos o regime democrático no nosso país -- nada que se houvesse constituído em tradição de interesse coletivo do município, da província ou da Nação. (Viana, 1999, p. 304)

Ainda no que consiste às ramificações secundárias é possível identificar traços de mandonismo, uma vez que ocorriam perseguições aos adversários políticos, sobre tal aspecto resumidamente Leal (2012, p.32) diz: “negar pão e água ao adversário”, no entanto, a compreensão desse sistema não pode restringir-se a este único elemento devido a conquista do poder também suceder através do convencimento. À vista disso, Carvalho (2012) ressalta:

Coronelismo, nessa visão, não é simplesmente um fenômeno da política local, não é mandonismo. Tem a ver com a conexão entre município, Estado e União, entre coronéis, governadores e presidente, num jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente (Carvalho, 2012, p.6).

As consequências desse modelo de poder compreendem circunstâncias socioeconômicas, conforme expressa Leal (2012):

As consequências aí estão: o mercado interno não se amplia, porque a vida encarece e a população rural continua incapaz de consumir; não dispendo de mercado, a indústria não prospera, nem eleva seus padrões [...]a agricultura, incapaz de se estabilizar em alto nível dentro do seu velho arcabouço, prossegue irremediavelmente no caminho da degradação[...]A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres(Leal, 2012, p.126).

Desta forma, portanto, o tradicional coronelismo de enxada foi um sistema que teve suas bases em pequenas oligarquias latifundiárias brasileiras, analogicamente o coronel remete a um senhor feudal e suas fazendas aos feudos, o mesmo se beneficiava do seu poder sobre as classes mais baixas para negociar votos com grupos políticos, logo, entende-se que a indistinção entre o público e privado falseava o modelo republicano e prejudicava a boa organização administrativa municipal.

2.2 A evolução do coronelismo /Coronelismo e as novas formas de atuação /Ou Coronelismo nos tempos modernos.

Na década de 30 à 80, o Brasil passou por diversas mudanças de viés urbano e social, estabeleceu o voto secreto no governo Vargas, à posteriori o apogeu e declínio da ditadura militar e, conseqüentemente o fim da censura decretado, contudo, tais transformações não foram

suficientes para a extinção do coronelismo, que de outro modo ganhou novos ares, apenas mudando o espaço de atuação, saem as terras e entram as câmeras, posto que parcela considerável das concessões dos meios de comunicação se encontram sob a posse de grupos com interesses privados, utilizando-as para o alcance de seus objetivos político-partidários, ressalta-se a tv aberta e o rádio, mídias gratuitas de propriedade e interesse público (Santos & Capparelli, 2005).

Inicialmente, preocupado com a deturpação conceitual, Carvalho (2001), ao *Jornal do Brasil*, relembrou que Victor Nunes Leal definia o coronelismo como um fenômeno datado e seu fim seria quando o país se modernizasse e a população através da educação atingiria a moralidade nas questões eletivas, e de fato a industrialização e as mudanças aconteceram, no entanto, as desigualdades permanecem nas entranhas do tecido social, de modo que persistem as chances de arranjos extraleais proliferarem novamente, ainda que o coronelismo de hoje apresente aspectos diferentes do sistema tal como a era dos latifundiários, algumas características similares entre os coronéis são permanentes, identificadas por Carvalho (2001, p.2) como sendo: “A inadaptação as regras de convivência democrática, a convicção de estar acima a lei, a incapacidade de distinguir o público do privado”, e não só como antes é apoiado pelo governo, mas também em sua concepção esta nova roupagem tem fortes traços clientelístico, posteriormente na 7ª ed. no prefácio do livro *Coronelismo, enxada*, Carvalho (2012) reafirma seu parecer, a preocupação com banalizações do termo é válida, mas Santos (2017) justifica a alusão ao coronel por ser parte significativa da cultura popular, tanto que essa figura é comum em novelas e filmes brasileiros.

Assim como no coronelismo de enxada, renovam-se os votos da relação de reciprocidade, logo, os coronéis dão sinais de que continuam à espreita, garantem Santos e Capparelli (2005):

No Brasil das duas últimas décadas, podemos estabelecer a atualização do conceito de coronelismo trabalhado em Victor Nunes Leal para o de coronelismo eletrônico através da adição das empresas de comunicação de massa, em especial as de radiodifusão, como um dos vértices do compromisso de troca de proveitos. Assim, a parceria entre as redes de comunicações nacionais e os chefes políticos locais torna possível uma concentração casada de audiência e de influência política da qual o poder público não pode prescindir (Santos & Capparelli 2005, p.5).

Deste modo, Suzy (2006), sintetiza o conceito de coronelismo eletrônico na atuação sob novos métodos, através dos mais populares meios de comunicação e informação, a problemática em questão passou a ser abordada e investigada por autores e veículos jornalísticos, com notoriedade para o *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense*, *Veja*, *IstoÉ*, *Imprensa e Carta Capital*, sobre os trabalhos acadêmicos, a primeira grande contribuição foi dada por Stadnik (1991), em seguida Capparelli e Santos (2002), Santos e Capparelli (2005), Lima (2001, 2004a, 2004b, 2006), assim como o site observatório imprensa [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br], são referências ao tratar do assunto (Lima & Lopes, 2007).

Conforme Lima e Lopes (2007, p.9) relatam: “Tornou-se folclórica, a resposta do ex-senador Atilio Fontana ao ser entrevistado por repórter da Rádio Rural de Concórdia: – Senador, o microfone é todo seu. – Não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda”, posto isso o diálogo

narrado pelos autores é um clássico vestígio da influência de antigas práticas coronelistas, embora atualmente os mandatários recebam a alcunha de coronéis da mídia ou da informação.

Em entrevista, a mais recente reconhecida pesquisadora dedicada à temática Suzy dos Santos, afirma que a prática de antemão acontecia na década de 80, porém observa-se o fortalecimento a datar o ano de 2013, a mesma destaca um momento relevante na história brasileira ocorrido em 1985, na ocasião um empresário atuante no ramo da comunicação indica o ministro das comunicações, este último autoriza outorgas para si, no mesmo período, tal e quais especialmente políticos também adquirem as mesmas licenças, dessa forma, nascem às afiliadas nos estados e municípios ligadas a uma grande emissora, compondo um monopólio corporativo (Santos, 2017).

É sabido que a constituição de 1988 ficou conhecida por promover alterações e regulamentações memoráveis pertinentes aos meios de comunicação, previamente enfatiza-se que compete à União conceder licenças, por essa razão tais meios comunicacionais são classificados como serviço público, conforme o Art. 223: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal ”(Brasil, 1988, [s.p.]).No entanto, Lima e Lopes (2007) asseguram:

Existe uma intensa utilização política das outorgas de radiodifusão comunitária em dois níveis: no municipal, em que as outorgas têm um valor no “varejo” da política, com uma importância bastante localizada; e no estadual/federal, no qual se atua no “atacado”, por meio da construção de um ambiente comunicacional formado por diversas rádios comunitárias controladas por forças políticas locais que devem o “favor” de sua legalização a um padrinho político (Lima & Lopes 2007, p.50).

Mesmo diante das modificações para o que demonstrava ser uma tentativa de estabelecer limites, à aplicabilidade mostra-se diferente à luz da realidade, em virtude da moeda de troca entre mandatários locais e políticos estaduais que antes se davam através do domínio do voto da população rural encontrarem substituição, dado que Lima e Lopes (2007, p.4) atestam que a renovação das concessões é o novo elo do coronelismo eletrônico, justamente o que “confere a eles poder na barganha dos recursos para os serviços públicos municipais, estaduais e federais”, logo, o poder do novo coronel é a informação. Essa relação é explicada da seguinte forma:

Emissoras de rádio e televisão, que são mantidas em boa parte pela publicidade oficial e estão articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema (Lima & Lopes, 2007, p.4).

Desta forma, portanto, o coronelismo se transforma e adquire nova roupagem, os coronéis se apresentam de forma mais discreta e elegante, trocou os antigos feudos por versões modernas, neste caso emissoras e outras mídias, ainda assim sua figura aparenta familiaridade, uma vez que continua interferindo na execução dos serviços públicos em prol dos seus interesses privados, dilema este presente na administração pública brasileira.

3 METODOLOGIA

Este estudo constitui-se por uma pesquisa básica, com abordagem qualitativa e com procedimentos através da pesquisa bibliográfica e documental. Em relação aos fins da pesquisa, constitui-se como descritiva e exploratória. As coletas de dados foram realizadas através do Google acadêmico, utilizando as palavras-chave “coronelismo”; “Administração Pública”; “novas formas de coronelismo” e “cultura coronelística na Administração Pública”, com análise de conteúdo de categorização.

A identificação do estudo acerca do tema proposto descreve-se como uma pesquisa básica, de forma objetiva na busca de novos conhecimentos. Nesse sentido, conforme o autor Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. “Envolve verdades e interesses universais” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 34). Nessa perspectiva, a pesquisa de natureza básica tem como propósito gerar conhecimento que possibilite a investigação, verificação e análise, na busca de aumentar a base do conhecimento a respeito da temática.

Em relação ao modo de abordagem, esse estudo é definido como uma pesquisa qualitativa, pois busca entender e investigar os fatos estudados da percepção dos participantes, através de áreas ou conteúdo de estudos, diante de um aspecto natural relacionando-os com a realidade e formulando novos questionamentos, durante todo o período de coleta de dados, podendo ter variação dependendo do tipo de pesquisa. (Sampieri; Collado & Lucio, 2013). Com isso, percebemos que a linha de pesquisa do estudo depende do ambiente no qual os participantes estão inseridos e onde o pesquisador tem atuação fundamental sobre a realidade dos mesmos, podendo também ser influenciado por ela.

No que se refere aos objetivos, o estudo se classifica como descritivo e exploratório. A pesquisa descritiva tem como finalidade, especificar as características de um determinado fenômeno, população ou então, a organização de relações entre as variáveis. Nesse sentido, Vergara (2009, p.42) afirma que “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno”. E segundo o autor Maldonado (2009, p. 9), “a construção de conhecimentos não pode ser pensada numa ótica tradicional de conceitos precisos e bem delimitados; hoje sabemos que lidamos com problemáticas e que elas são um desafio dinâmico em configurações espaço-temporais em transformação”. Nesse sentido, a pesquisa exploratória promove a análise e apresentação dos dados obtidos no estudo, onde proporciona acontecimentos práticos de maior relação com a temática.

Quanto aos procedimentos, o estudo se define como uma pesquisa bibliográfica e documental. Para tal, foi realizada uma seleção dos materiais e obras, sobre o tema abordado e em seguida, uma síntese dos pensamentos dos principais autores consultados. Nesse sentido, o autor Gil (2008) evidencia que a pesquisa bibliográfica é feita a partir de levantamentos de pesquisas exploratórias, à procura de averiguar e respaldar o estudo em questão, com a atuação de investigação na perspectiva do desenvolvimento dos métodos de observação de conteúdo. Já a pesquisa documental, segundo Gil (2010) utiliza-se de dados mais diversificados e indiretos, melhor dizendo, através de revistas, jornais, relatórios, documentos oficiais, fotografias, cartas, filmes e etc., para dessa forma facilitar e minimizar o tempo na busca de obter dados mais

precisos e satisfatórios para a execução do estudo. Nesse contexto, é utilizado o procedimento bibliográfico e documental para análise dos diversos pontos de vista e perspectivas acerca das novas formas de coronelismo na administração pública brasileira.

A coleta de dados foi realizada através do Google acadêmico utilizando-se as seguintes palavras-chaves: “coronelismo”; “Administração Pública”; “novas formas de coronelismo” e “cultura coronelística na Administração Pública”. E nesse contexto, foram encontrados 715 (setecentos e quinze) trabalhos acadêmicos e utilizados 5 (cinco) para auxiliar na busca de informações sobre a temática. O Google acadêmico com a crescente flexibilidade sobre os estudos acadêmicos e facilidade em seu formato eletrônico, consegue dessa forma ampliar a visão sobre nossa temática. Nesse sentido, essa técnica surgiu facilitando e disponibilizando acesso livre a milhares de artigos científicos e referências documentais (Jacsó, 2010).

A análise de conteúdo de Bardin possibilita a organização e categorização de materiais textuais e dialógicos possuindo diversas funções. De acordo com Santos (2011), a análise de conteúdo de Bardin possibilita conhecer o significado por trás das palavras, neste sentido, tal análise permite uma classificação categorial-temática de um objeto de estudo. Categoria trata de sintetizar cognições que formam a realidade de algum tema (Bardin, 2011). Destarte, Bardin (2011), destaca etapas fundamentais para a criação das categorias, sendo elas a de pré-análise, exploração do conteúdo e tratamento dos dados. A autora enfatiza a necessidade de se aprofundar com exaustividade para compreensão com representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 ANÁLISES DOS DADOS

Desde 1948, quando Victor Nunes Leal nomeou de coronelismo todo o sistema de compromissos que envolvia esferas do poder público, o termo passou a ser rediscutido até os dias atuais, sobre essa nova roupagem Carvalho (2001, p.2) diz que os neo-coronéis se beneficiam de padrões construídos em bases corrompidas: “os valores subjacentes aos polos coronel/cliente, pai/filho, senhor/servo, parecem persistir na cabeça de muitos de nossos melhores cidadãos e cidadãs, bloqueando a consolidação democrática”. Acerca do legado deixado pelo coronelismo de enxada por meio de vícios comportamentais, comumente é associado pelos autores aos aspectos históricos, posto isso, segundo Santos (2006) do passado restou:

A circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional, as relações clientelísticas, com alto grau de reciprocidade, a debilidade da distinção entre interesses público e privado, o controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico, o isolamento da municipalidade (Santos, 2006, p.4) .

Ainda de acordo com Santos (2006), o senso comum leva a interpretações equivocadas, o que também tem se refletido em pesquisas e estudos acadêmicos, gerando discordâncias quanto ao

uso da palavra coronelismo na atualidade, a mesma ressalta a importância de separar o coronel do sistema coronelista. Diante da discussão em torno do objeto de estudo, entende-se os aspectos de discordância e concordância encontrados, seja no tocante ao entendimento de quem seria o coronel de fato, ou a respeito dos conceitos que fazem parte do universo do assunto, como clientelismo e mandonismo, elementos estes contribuintes para a desorganização dos serviços públicos.

Os resultados de diversas pesquisas realizadas por Santos (2006), ressalta-se seu reconhecido trabalho em relação a temática, demonstra que os municípios não estão totalmente alforriados e continua a interferência dos interesses privados em detrimento do que deveria ser do público, dessa vez, através do sistema de comunicação, essa conjuntura dá origem ao coronelismo eletrônico, de modo semelhante, este pensamento é compartilhado e explicado por Lima e Lopes (2007):“da política local revigorada que surge o que chamamos coronelismo eletrônico de novo tipo, vinculado especificamente às permissões e autorizações dirigidas às comunidades locais” (Lima & Lopes, 2007,p. 5).

Da perspectiva administrativa, os impactos provocados pelas condutas citadas afetam diretamente a isenção e qualidade necessárias ao desempenho na execução das atividades na área da administração pública, e por ser de interesse coletivo, ocasiona atrasos sociais, sobretudo no cenário das cidades mais afastadas dos centros urbanos, logo, segundo Santos e Caparelli (2005), as consequências estão no domínio da informação gerando consensos na opinião pública. Além da manutenção do poder de grupos oligárquicos, sendo eles compostos por membros da família, amigos ou até mesmo o próprio agente político, em prol do benefício próprio e da clientela, cada lado dessa relação está buscando algo, geralmente, o político pretende conquistar eleitores e influenciar politicamente, já o dono da rede de comunicação anseia por outorgas e renovar concessões. A vista disso, sobre essas típicas ligações, Viana (1999) acredita que são historicamente enraizadas, envolvendo e desvirtuando a vida pública ,privada e administrativa num emaranhado “ostentando prestígio e poderio e influem perturbadamente na administração pública, na atividade dos partidos, no êxito das leis, mesmo nas revoluções, quando é caso disto” (Viana,1999 p.236).

Perante o exposto, observa-se que ao analisar o cenário macro das organizações públicas brasileiras inseridas em novas tecnologias e acesso à informação inclina-se ao pensamento de que o coronelismo está no passado distante, no entanto, diante das disparidades regionais ainda existentes percebe-se sua conservação, logo, da mesma forma que se torna relevante entender como tal prática corrompe o exercício público, dado que é do interesse comum, também é importante dissolvê-las da cultura administrativa do país. Com base no contexto apresentado, foram selecionados cinco trabalhos acadêmicos, seus respectivos autores e objetivos foram transcritos, assim como os resultados encontrados sobre as novas formas de coronelismo:

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR	OBJETIVO DO ARTIGO	RESULTADOS
2012	IRENE DE FREITAS CICHOCKI	O presente trabalho versa sobre o “Coronelismo	As influências do poder econômico dos donos da mídia eletrônica fazem a

		<p>Midiático” e busca entender a semelhança existente entre esse e o antigo coronelismo, que teve seu apogeu durante certo período histórico em nosso país. A nossa linha de pesquisa busca esclarecer um pouco mais a semelhança entre ambos e de que forma essa semelhança acontece, onde e qual é o seu resultado prático na vida das pessoas, no seu modo de ser e na sua situação social e econômica.</p>	<p>diferença nas disputas eleitorais em todas as esferas políticas, principalmente nos pequenos municípios onde a simplicidade das pessoas envolvidas gera a oportunidade de crescimento dos profissionais da comunicação política, marketing político, estratégias eleitorais para se manterem no poder. Por outro lado, ainda, restou comprovado também que as tecnologias de comunicação relacionadas com a internet tendem a atrapalhar o coronelismo eletrônico.</p>
2015	<p>VICTOR VIEIRA DA ROCHA REINALDO DE LIMA REIS JÚNIOR</p>	<p>O objetivo da pesquisa é analisar o poder político local, as práticas políticas e as relações com o coronelismo por meio da compreensão da trajetória das famílias que compõem a elite política da cidade.</p>	<p>Atualmente os políticos não fazem mais parte da elite econômica do município tal como os coronéis, que utilizavam esse poder econômico como arma de dominação política, hoje a prática clientelista moderna é a única forma de dominação política .</p>

2017	ANDRÉ KRON MARQUES ZAPANI	Este artigo visa analisar o conceito histórico-social seminal do coronelismo (Victor Nunes Leal), todavia em uma perspectiva comunicacional, tomando por base as convergentes e indissociáveis relações de poder e de hegemonia entre integrantes da sociedade política e agentes da sociedade civil paranaense, a partir da metade do século passado.	A relevância do poder midiático na construção hegemônica de grupos dominantes de poder que, baseados em relações familiares, apadrinhamentos e desregulação do campo comunicacional, se solidificam e se perpetuam em posições decisórias no campo político paranaense e na apropriação da res publica.
2018	ROSIELE DEFENSOR FREITAS	Este trabalho visa refletir sobre o uso das concessões de rádio por políticos sob a perspectiva do coronelismo que, contemporaneamente, apresenta-se numa roupagem diferente, mas igualmente problemático. Especificamente, busca-se compreender os aspectos essenciais relacionados à Economia Política da Comunicação, analisando-se o contexto organizacional das emissoras de rádio instaladas na microrregião supramencionada, com ênfase na reflexão acerca do poder social e político de representantes/responsáveis e donos de concessões de rádio.	Por ser o rádio um veículo de comunicação acessível às comunidades mais e menos evoluídas, exerce uma influência muito grande nas opiniões dos cidadãos que alcança e que, desse modo, a depender do que é veiculado nos canais de comunicação a que têm acesso pode a população ser mais ou menos desenvolvida de acordo com o acesso à informação que tenham, mesmo considerando o aumento relativo do uso da internet e suas ferramentas de comunicação.

2019	<p>FELIPE LAURÊNCIO DE FREITAS ALVES</p> <p>PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA</p>	<p>A pesquisa desenvolvida teve por objetivo geral analisar a forma como se constroem os elementos paternalísticos na relação coronel-roceiro, instrumentos de persistência do coronelismo nas eleições municipais do país.</p>	<p>Os novos coronéis perderam certa capacidade de obrigar pessoas a cumprirem suas vontades, pois a obediência do novo eleitor não é mais seu patrimônio certo como antes. Agora, ela é comprada, conquistada, e depende cada vez mais de um coronelismo diplomático, em que o coronel precisa agradar a todo momento com regalias.</p>
------	---	---	---

Quadros 1- Objetivos e resultados dos trabalhos acadêmicos sobre as novas formas de coronelismo

4.2 INTERPRETAÇÕES DOS DADOS

Ao fazer o comparativo entre o passado e presente do coronelismo, Irene (2012) constata que apenas as “ferramentas” de atuação foram substituídas, mas que os fins continuam os mesmos, a ambição de vencer as eleições para manter o domínio da máquina pública, se anteriormente eram mais rústicos, o novo curral eleitoral se adaptou à modernidade através da mídia, quanto ao local permanece habitualmente sendo os municípios, assim como a simplicidade da população diante da influência de um grupo dominante compõe o conjunto de obstáculos que impedem o fim do coronelismo, de modo semelhante Carvalho (2001), afirma que as modificações demográficas não foram suficientes para mudar completamente esse cenário, visto que as desigualdades sociais e a educação não acompanharam os demais avanços, em consequência da falta de assistência e preparo da população durante o processo. No mais, Irene (2012) apresenta resultados otimistas ao apontar o despertar tecnológico como solução. Dessa forma, acredita que a disseminação do acesso a internet é um meio que levará ao gradativo rompimento do que a mesma denomina de coronelismo midiático.

Rocha e Júnior (2015), constroem sua pesquisa de um ponto de vista bem específico da cidade referência para o estudo, no entanto, ao contrário dos demais autores, adotaram uma das ramificações do coronelismo para se referir às práticas dos atuais grupos influentes no pequeno município, visto que em suas respectivas concepções, a forma atual de agir para obter o domínio da máquina pública não é tal e qual aos coronéis antigos, da mesma forma que Carvalho (2001) acreditam ter mais traços do clientelismo. Dado o exposto, ainda que não possuam resultados totalmente alinhados às demais pesquisas, assemelham-se quanto à concordância da influência ainda viva deixada pelo coronelismo de enxada.

O panorama apresentado por Zapani (2017), atesta que a coisa pública persiste sendo dominada por oligarquias locais com DNA coronelista, atualmente, esse poder advém das formas de manipulação através dos meios de comunicação, visando o interesse próprio e dos seus. Nesse sentido, o coronelismo eletrônico fere princípios da administração pública, especialmente da

moralidade e impessoalidade, igualmente questionável é a relação de co-dependência que nasceu dessa nova roupagem, basicamente “a moeda de troca desse sistema comunicacional é o voto do eleitorado rural vinculado aos coronéis via motivação midiática em favor do político aliado, que, em contrapartida, facilita ao coronel eletrônico a outorga e, futuramente, a renovação das concessões” (Zapani, 2017, p.11).

Ainda sob o enfoque da área comunicacional, Freitas (2018) parte do universo específico das rádios para explicar o coronelismo contemporâneo, sendo que esta propõe a reflexão partindo da percepção de que existem realidades diferentes, isto é, o acesso a variedades isentas de informações nem sempre são igualitárias, quando se olha para o Brasil profundo é perceptível a força e a influência política e social dos donos das rádios nas pequenas cidades, neste ponto, nota-se proximidade com a abordagem adotada por Irene (2012) que do mesmo modo acredita que a continuidade dos fragmentos coronelistas em parte provém das desigualdades nos níveis educacionais do país, ou até mesmo da ingenuidade do povo comum. Embora, discordem acerca dos efeitos significativos de mudança proporcionados pela internet, ao menos em termos isonômicos, dado que para Freitas (2018) as discrepâncias advindas das desigualdades sociais e diferenças no que tange instrução entre setores da sociedade são empecilhos que atrapalham o acesso às novas tecnologias, em consequência obtém-se uma perpetuação do coronelismo no ambiente eletrônico acessível às classes mais baixas, posto isso, para o autor a circunstância "se configura e estabelece, manobrando as informações em função de objetivos partidários e individuais, que jamais contemplarão a liberdade de pensamento e ação dos indivíduos e a transformação real da sociedade" (Freitas, 2018, p.39).

Na concepção de Alves e Pereira (2019), entender a durabilidade do coronelismo parte das formas que as relações de poder se desenvolveram entre mandatários e cidadãos na política interiorana em tempos modernos, adaptaram-se a uma espécie de sistema ao inverso, na medida em que o coronel passou a perceber que precisaria adequar-se às mudanças para continuar a alcançar seus anseios, desta maneira agindo em público mais como figura “carismática” e cada vez menos como um autoritário, visto que a população compreendeu a importância do seu voto. Diante disso, é justificado o uso do termo coronelismo diplomático, dado que na visão dos autores as transformações comportamentais adotadas pelos coronéis intencionam a manutenção do poder e adaptar o curral urbano para: “a criação de novos líderes políticos, assim como aperfeiçoando os já existentes para que estes estoquem eleitores naquele, além, é claro, da manipulação dos gastos públicos para a criação de clientes” (Alves & Pereira, 2019, p.15).

De acordo com o encadeamento de resultados analisados, embora divergentes em alguns aspectos, os autores acabam por concordar sobre a sobrevivência e legado do coronelismo através de novos hábitos que se consolidaram na cultura administrativa e sociopolítica em decorrência de tal fenômeno, com base na apuração dos resultados, a maioria aponta a continuidade principalmente nos pequenos municípios por meio do rádio e da tv aberta, apesar das tentativas criadas para atenuar a problemática, essa é uma prática presente que permeia o campo da administração pública no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo científico em foco ateve-se em investigar cientificamente as novas formas de coronelismo na administração pública brasileira, partindo do resgate histórico, verificou-se que a primeira fase do coronelismo advém do poder público fortalecido, enquanto o privado apresentava sinais de desgaste, tendo como pano de fundo a população pobre e analfabeta dependente dos coronéis, bem como as relações sórdidas entre potentados locais e políticos, apesar do ambiente republicano, comparativamente os municípios eram como arcaicos feudos. Em seguida, evidenciou-se o debate acerca das práticas coronelistas na atualidade, dentre os mais reconhecidos e engajados autores identifica-se como sendo Lima e Lopes (2007), Santos (2006), Santos; Capparelli (2005), e Carvalho (2001), em suma, majoritariamente acreditam que o coronel contemporâneo atua através dos meios de comunicação.

Subsequentemente com intuito de elucidar a pergunta problema que diz respeito à prevalência do coronelismo nas entranhas do tecido social, bem como seus efeitos no campo administrativo foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa. Dessa forma, o método foi fundamental para a seleção dos trabalhos científicos que falam do coronel em uma nova sistematização de atuação. Com base nos resultados expostos a maioria dos autores aponta as rádios e a tv aberta local como formas de perpetuação do coronelismo, esta relação é respaldada através da distribuição de outorgas e concessões em troca do holofote político em tais mídias populares. Por outro lado, verificam-se divergências associadas ao uso do termo coronelismo, visto que, alguns autores consideram ser um tendência com mais traços do clientelismo herdados de uma característica da cultura político-administrativa do coronelismo de Leal, oposições também foram observadas em relação a internet como solução, na medida que quanto mais se adentra o interior do Brasil maiores são as disparidades socioeconômicas e menos acesso às ferramentas modernas, portanto, a superação, ao menos igualitária continua sendo um empecilho.

Nesse sentido, entende-se que o coronelismo prevalece no cenário das mídias regionais de posse dos "coronéis urbanos", a fim de concretizar suas intenções para manter-se à frente do poder público ou satisfazer seus interesses privados, influenciando posições decisivas no âmbito político, conseqüentemente administrativo induzindo tanto diretamente como indiretamente na formação da opinião dos indivíduos, logo, na qualidade de serviços públicos atinge setores políticos, administrativos e sociais do país, dessa forma, contribui para desarranjos na vida pública.

Em contrapartida, mesmo com o alcance dos objetivos propostos, encontramos limitações quanto à pequena quantidade de trabalhos acadêmicos, principalmente artigos científicos que discutem os impactos da temática no campo da administração. Torna-se oportuna a realização de estudos futuros que contemplem diversos aspectos da influência do coronelismo na atualidade, agora eletrônico através da expansão do acesso à internet no Brasil, e de que forma a conformidade da população municipal com a prática tem sido um aspecto corroborador e dificultador para a reprodução de tal fenômeno.

REFERÊNCIAS

- Alves, F. L. F; Pereira, P. F. S. (2019). Elementos simbólicos da estrutura coronelística nas eleições municipais a partir das observações de João Lisboa. *Res Severa Verum Gaudium*. v. 4, n. 2, p. 22-39, dez 2019.

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borges, H. (2017). Coronelismo 2.0: os novos rumos da aliança entre política e mídia no Brasil. *The Intercept Brasil*, 11 dez. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/12/11/coronelismo-2-0-os-novos-rumos-da-alianca-entre-politica-e-midia-no-brasil/>> . Acesso em: 15 dez. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 dez.2021.
- Carvalho, J. M. (2001) As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 6 mai. 2001. Disponível em:<http://ivnl.provisorio.ws/wp-content/uploads/2017/03/jose_murilo_jornal_do_brasil_2001.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- Cichocki, I. F. (2012). Coronelismo midiático. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa-RS, 2012.
- Freitas, R. D. (2018). O coronelismo eletrônico na microrregião de Santana do IPANEMA-AL: Um estudo a partir da economia política. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema-AL, 2018.
- Gerhardt, T. E; Silveira; D. T. (2009). **Métodos de Pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, E-book.
- Gil, A. (2010). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6. ed., 3 reimpr., São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6. ed. Editora Atlas SA.
- Jacsó, P. (2010). Metadata Mega Mess in Google Scholar, online information review, v. 34, n. 1, p. 175-191.
- Leal, V. N. (2012). Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo 7ª Ed. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/360813/mod_resource/content/1/LEAL%2C%20Victor%20Nunes.%20Coronelismo%20Enxada%20e%20Voto.pdf%3E>
- Lima, V. A. de; Lopes, C. A. (2007). Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). *Observatório de Imprensa*, junho 2007. Disponível em:<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- Maldonado, A. E. (2009). Pensar os processos socio comunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: Encontro da Compôs, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Compôs, 2009, p. 1-14.
- Rocha, V. V; Júnior, R. L. R. (2015). As famílias tradicionais em Luziânia/Go: Impactos históricos e urbanos na configuração do município. *Revista CTS IFG Luziânia*. v.1.n.1, p.1-23. Disponível em: http://cts.luziania.ifg.edu.br/CTS1/article/view/52/pdf_11
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso.
- Santos, F. M. (2011). *Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin*. Resenha de: [BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.
- Santos, S. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **E-Compôs**, [S. l.], v. 7, 2006. DOI: 10.30962/ec.104. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>. Acesso em: 29 jul. 2021.

- Santos, Suzy.; Capparelli, Sérgio.(2005). Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo, 2005, v. 1, pp. 77-10
- Santos, Suzy; Capparelli, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.1 ed. São Paulo : Paulus, 2005, v.1, p. 77-101.
- Vergara, S. C. (2009). Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração / Sylvia Constant Vergara. – 11. ed. – São Paulo : Atlas.
- Viana, F. J. O. (1999). Instituições Políticas Brasileiras. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1028/211740.pdf?sequence=4&isAllowed=y>
- Zapani, A. K. M. (2017). Coronelismo eletrônico: relações assimétricas de poder no campo midiático paranaense. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.1, p. 171-192, maio 2017.